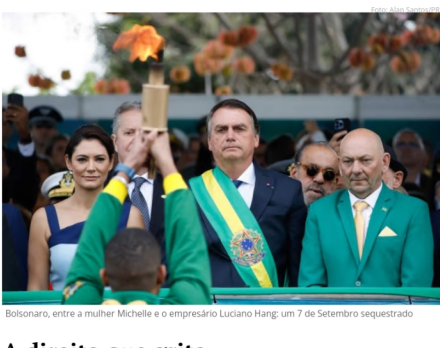
Crusoé

www.crusoe.com.br - 09 de setembro de 2022 - edição nº 228

A DIREITA QUE GRITA

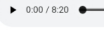
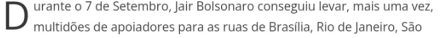
AO SEQUESTRAR O 7 DE SETEMBRO, BOLSONARO REAFIRMA O SEU PODER DE MOBILIZAR MULTIDÕES E DEVE CONTINUAR INFLUINDO NA POLÍTICA, MESMO QUE PERCA AS ELEIÇÕES

POR CARLOS GRAIEB

Bolsonaro, entre a mulher Michelle e o empresário Luciano Hang: um 7 de Setembro sequestrado

A direita que grita

Bolsonaro reafirma o seu poder de mobilizar multidões e deve continuar influindo na política, mesmo que perca as eleições

08.09.22

CARLOS GRAIEB

SALVAR

Durante o 7 de Setembro, Jair Bolsonaro conseguiu levar, mais uma vez, multidões de apoiadores para as ruas de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais. Essa exibição de força política levanta duas questões. A primeira diz respeito às eleições que se aproximam; a segunda, ao futuro do bolsonarismo.

Na noite de quarta-feira, o QG de Bolsonaro estava exultante. A campanha tem dados mostrando que, quando critica o sistema eleitoral e as urnas eletrônicas, ou insulta ministros do STF e do TSE, Bolsonaro faz sucesso entre os seus seguidores fanáticos, mas exaspera os eleitores indecisos.

Nos dias que antecederam o 7 de Setembro, um grande esforço foi feito para convencer Bolsonaro a evitar esses assuntos. Com o microfone na mão, ele ainda incentivou suas plateias a vaiar integrantes do STF e ameaçou *"enquadrar quem joga fora das quatro linhas da Constituição"*. Mas Bolsonaro não disse nada que se equiparasse, em virulência, ao seu discurso na mesma data, em 2021. Daí a comemoração dos assessores.

Não espantar o eleitorado, no entanto, não é o mesmo que conquistá-lo. Quais outros benefícios Bolsonaro pode extrair das celebrações do Bicentenário da Independência?

Ao contrário do que seria de esperar numa data histórica, os discursos do presidente em Brasília e no Rio de Janeiro não lançaram nenhuma luz sobre o passado, nem projetaram uma imagem inspiradora do futuro – daquilo a que o Brasil pode aspirar.

As poucas frases ditas sobre economia não serão lembradas por aqueles que mais precisam da ajuda do governo – os 33 milhões de esfaimados do país – nem pelo imenso contingente de eleitores com renda entre dois e cinco salários mínimos que ainda não têm firmeza em sua escolha de candidato.

As mulheres que se decepcionaram com o trabalho de Bolsonaro – especialmente durante a pandemia, quando ele deixou escancarada sua falta de empatia – dificilmente encontrarão em suas palavras qualquer motivo para reelegê-lo.

De tudo que Bolsonaro disse ao longo do dia, já se sabe o que ficou marcado: o coro de *"imbrochável"* que o ele puxou, exaltando a si próprio e à sua – suposta – potência sexual.

A maneira como Bolsonaro sequestrou as comemorações do Bicentenário, transformando-as em um evento de campanha, também pode acabar se voltando contra ele.

Na própria quarta-feira, diversos partidos acionaram o TSE, alegando que o desfile cívico-militar de Brasília e as apresentações de navios e paraquedistas no Rio de Janeiro se confundiram completamente com os comícios que vieram em seguida, configurando abusos de poder político e uso de recursos públicos em proveito próprio. O que se pretende obter é a inelegibilidade de Bolsonaro.

Ainda que esse desfecho jurídico não aconteça, a demonstração de que o presidente não teve nenhum escrúpulo em usar a máquina pública em seu favor pode prejudicá-lo. As imagens falam por si próprias. Não é difícil para ninguém perceber que, ao contrário de qualquer outro ano, cidadãos que não rezam pela cartilha do bolsonarismo não se sentiriam à vontade, nem seriam bem-vindos, nos festejos nominalmente *"públicos"* de 2022.

Na verdade, as imagens de multidões vestidas de verde e amarelo, exibindo faixas e entoando gritos de apoio a Bolsonaro, são mesmo o único troféu que sua campanha conquistou no 7 de Setembro.

Não existem estimativas oficiais para o tamanho das reuniões de bolsonaristas nas três principais capitais onde elas aconteceram. Usando fotos aéreas e modelos de ocupação do espaço em grandes eventos, pesquisadores da Universidade de São Paulo estimaram em 32 mil pessoas a presença em São Paulo e em 64 mil, a presença no Rio de Janeiro.

Com método semelhante, o site Poder 360 calculou que o número de apoiadores de Jair Bolsonaro na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi um pouco maior do que cem mil pessoas. Os bolsonaristas acham pouco.

Na quarta-feira, o locutor de rodeios Cuiabano Lima, convocado para animar o comício de Bolsonaro na capital federal, foi instruído a multiplicar por dez o número de presentes (assista o vídeo, acima). *"Aqui hoje na Esplanada, mais de 100 mil pessoas"*, disse Lima, com seu chapelão de cowboy. Imediatamente, um militar emergiu do fundo do palco – era o coronel Mauro Cid, ajudante de ordens do presidente – e sussurrou algumas palavras no ouvido do locutor. Que logo mudou o discurso: *"Aqui na minha frente, cem mil. Mas, em toda a Esplanada, chegaram os dados, um milhão de pessoas! Um milhão de brasileiros, levantem as mãos!"*

O bolsonarismo deve se agarrar a esse número inflado. Ele dará suporte à narrativa prevista para as próximas três semanas: a de que o *"datapovo"*, baseado no olhômetro e nas conversas entre amigos, diz a verdade, enquanto os institutos de pesquisa – pelo menos aqueles que continuarem mostrando Bolsonaro atrás de Lula em intenções de voto – mentem.

Ricardo Stuckert / Divulgação

Lula ao lançar sua campanha: o PT já não ocupa as ruas como antigamente

É preciso reconhecer, contudo, que, ainda que não lhe garantam uma vitória em outubro, essas imagens de gente nas ruas dão a Bolsonaro algo que nenhum outro político brasileiro – nem mesmo Lula – tem atualmente: uma prova de que ao seu redor se articula um movimento político coeso, sempre pronto a responder a um chamado e com alguns objetivos claros.

Por muitos anos, Lula e o PT é que puderam se gabar disso. A situação começou a mudar durante as manifestações de 2013, quando ficou claro que o partido e seus satélites (especialmente os sindicatos) já não podiam se apresentar como porta-vozes exclusivos da vontade popular. A eclosão da Lava Jato, em 2014, e as grandes passeatas que se repetiram dali em diante, até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, desbancaram de uma vez por todas a esquerda dessa posição de que ela julgava ser dona.

O fato de que grandes sindicados, depois de algum tempo, precisaram oferecer sanduíches aos participantes de seus eventos de apoio a Dilma, para convencê-los a comparecer, adicionou uma expressão ao nosso léxico político: *"mortadelas"*, em referência aos militantes de esquerda. A reforma trabalhista empreendida por Michel Temer, que pôs um fim à contribuição sindical obrigatória, fez com que até mesmo manobras como essas se tornassem difíceis. As bandeiras de sindicatos estavam presentes tanto no lançamento da candidatura de Lula, em maio deste ano, quanto no seu primeiro evento de campanha, em agosto. Mas os dois eventos empalidecem diante a lembrança de outros comícios, nos tempos áureos do PT.

O bolsonarismo, atualmente, conta com apoio financeiro de alguns empresários como Luciano Hang, que ocupou um espaço de honra no palanque oficial de Brasília, desalojando inclusive o presidente de Portugal Marcelo Rebelo de Souza, que ali estava. Conta, principalmente, com o apoio de líderes evangélicos. Foi o pastor Silas Malafaia, por exemplo, quem pagou pelo carro de som de onde Bolsonaro discursou na quarta-feira, no Rio de Janeiro. Mesmo assim, o presidente não dispõe de estruturas como os ricos sindicatos dos anos 1990 e 2000, para ajudar a organizar seus seguidores.

As redes sociais são as ferramentas de que ele necessita para mobilizar uma base social que, apesar de heterogênea, responde aos mesmos estímulos, como a defesa da família, das armas como meio de autodefesa e da pátria contra globalistas, comunistas e o que mais for.

Bolsonaro tem hoje algo entre 32% e 35% nas pesquisas de intenção de voto. Ainda que sua base fiel seja bem menor, da ordem de 20% ou 15% do eleitorado, trata-se de uma força política incontornável. Como mostrou mais uma vez o 7 de Setembro sequestrado, quando Bolsonaro chama, o seu povo acode. Pode ser que ele perca as eleições em outubro. Mas nem ele, nem o bolsonarismo deverão perder a voz – e nesse caso, o Brasil vai descobrir o que significa tê-los na oposição.

REPORTAGEM

O golpe que nunca vem e a democracia que nunca chega

O Brasil vive o paradoxo da instabilidade estável. Os bárbaros já chegaram e estamos esperando para ver se eles vão mesmo levar a barbárie até suas consequências extremas

POR JERÔNIMO TEIXEIRA

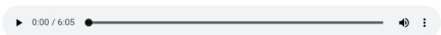
José Cruz/Agência Brasil

O desfile "cívico-militar"do 7 de Setembro: de novo, não teve golpe

O golpe que nunca vem e a democracia que nunca chega

O Brasil vive o paradoxo da instabilidade estável. Os bárbaros já chegaram e estamos esperando para ver se eles vão mesmo levar a barbárie até suas consequências extremas

08.09.22

JERÔNIMO TEIXEIRA

De novo, não teve golpe.

A essa altura, é verdade, parece que ninguém mais esperava uma tentativa de golpe. Havia, isso sim, a expectativa de que o cardápio básico do bolsonarismo fosse servido no Dia da Independência: ataques à democracia, ao STF, às urnas. Dias antes dos comícios patriótico-eleitoreiros do 7 de setembro, Jair Bolsonaro havia chamado Alexandre de Moraes de *"vagabundo"*. Talvez fosse um passo a caminho da moderação: um ano atrás, o termo usado foi *"canalha"*.

Falo em moderação, bem entendido, para os padrões de Bolsonaro. No comício em Brasília, ele deu a deixa para a multidão vaiar o STF. Depois da vaia, emendou o chavão: *"A voz do povo é a voz de Deus"* (momentos antes, Deus, esse pândego, juntara-se aos gritos de *"imbrochável, imbrochável"*). Bolsonaro mandou ainda um recado velado ao STF, repetido em termos similares no comício em Copacabana: *"Com uma reeleição, nós traremos para dentro das quatro linhas [da Constituição] todos que ousam ficar fora delas"*. De novo, essa ameaça só parece velada para padrões bolsonaristas; na real, ela é tão gritante e escandalosa quanto o terno de papagaio do Véio da Havan.

A produção de um clima de tensão constante faz parte do teatro canastrão do presidente. Por isso ele xinga ministros do STF, ofende jornalistas com termos cafajestes e lança dúvidas boçais sobre a segurança das urnas eletrônicas. Mais recentemente, em resposta a um Judiciário que resolveu defender a democracia impondo a obrigação de que todos sejam democratas, Bolsonaro pegou o vezo de falar em *"liberdade"*, mas a gente sabe que essa defesa da livre expressão dura só até o próximo especial de Natal do Porta dos Fundos. E é assim que ele entusiasma os seguidores e alarma os opositores.

Sob a ameaça do golpe que não virá, o cenário político brasileiro vive o paradoxo da instabilidade estável. Tal como os cidadãos do império descrito em *À Espera dos Bárbaros*, poema do grego Konstantinos Kaváfis, estamos todos imobilizados, na expectativa de bárbaros que nunca chegam. Bem, o paralelo é imperfeito: no caso brasileiro, os bárbaros já chegaram, e estamos esperando para ver se eles vão mesmo levar a barbárie até suas consequências extremas.

Existe uma minoria ruidosa e vulgar que se sente frustrada porque o golpe não veio, não vem, não virá. São aquelas figuras histriônicas que no Dia da Independência levantavam faixas pedindo intervenção militar. E há outro grupo inflamado cujos sentimentos sobre o golpe comportam ambiguidades esquisitas: a esquerda petista.

O PT vem propagando a ideia de que Dilma Rousseff foi derrubada por um golpe. Alguns petistas de alto ou médio escalão às vezes hesitam em aderir à tese: em 2016, com o processo de impeachment ainda em curso, Fernando Haddad disse que golpe era uma palavra *"muito dura"*. Mas o grão-petista confirmou a palavra, em toda sua dureza: Dilma sofreu, sim, um golpe, disse Lula no debate entre candidatos à presidência na *Band*.

No governo Temer, começou a ganhar corpo uma conversa estranha sobre a necessidade de resistir ao golpe (isso quando não se falava em resistir ao fascismo!). A palavra *"resistência"* conjurava a miragem histórica do enfrentamento armado à ditadura militar. O documentário *Democracia em Vertigem* deu forma a essa ilusão, fundindo a trajetória dos pais da diretora Petra Costa, que participaram de um movimento clandestino contra o regime militar, à derrocada de Dilma Rousseff.

Depois que um capitão reformado que exalta a ditadura e seus torturadores foi eleito presidente, *"resistência"* tornou-se um clichê nos meios progressistas. Hoje, quando ouço um resistente gritando *"golpe"*, já não sei mais se ele está fazendo uma denúncia ou expressando um desejo recalcado. O jovem militante de rede social anseia pela fase final do golpe, em que os tanques ganharão as ruas – fazendo muita fumaça – e os porões do DOPS serão reabertos. Só assim seus pesadelos mais temidos e suas ilusões mais queridas se tornariam realidade.

Sei que também há gente adulta e razoável preocupada com as inegáveis aspirações antidemocráticas do bolsonarismo. No entanto, a fixação no fantasma do golpe vem acompanhada de um vício de análise: a cada vez que uma insinuação de ruptura não se cumpre, conclui-se que nossas instituições democráticas são vigorosas e estão funcionando. Na verdade, a submissão da máquina pública aos ditames da chamada guerra cultural – iniciada nos anos petistas, sim, mas radicalizada com Bolsonaro – já corroeu as tais instituições. E o desgaste não se limita ao Estado aparelhado por milicos e olavetes. Igrejas, escolas, empresas e até grupos familiares estão divididos por ideologias beligerantes.

No ano passado, entrevistei o filósofo inglês John Gray para a finada revista *Época*. O autor de *O Silêncio dos Animais* fez uma avaliação desalentadora sobre os Estados Unidos depois do governo Trump: o país ainda é uma democracia, com eleições limpas e regulares, mas não pode mais ser considerado uma sociedade liberal. O liberalismo de que Gray fala (e cujas ilusões critica em obras como *Cachorros de Palha*) não se limita ao livre mercado, mas se estende às liberdades individuais e às instituições que as sustentam. *"Para se ter de fato uma sociedade liberal é preciso que exista uma grande variedade de instituições que não são marcadamente politizadas"*, dizia Gray na entrevista. Essa condição já não se encontraria mais nos Estados Unidos. *"Não acredito que uma sociedade liberal ainda esteja viva quando todas as instituições vivem em guerra interna e estão em guerra umas com as outras"*, complementava o filósofo. Sem nunca ter desenvolvido uma sociedade liberal digna desse nome, o Brasil vive a mesma situação. Ⓒ

Manifestante segura cartaz pela rejeição de uma nova Constituição no Chile

REPORTAGEM

De volta para o começo

Chilenos rejeitam proposta de Constituição progressista e empurram políticos a recomeçar o processo do zero, sob o risco de novos protestos

POR DUDA TEIXEIRA

Reprodução

Festa após derrota da proposta: plurinacionalidade foi vista como ameaça à igualdade

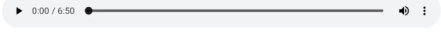
De volta para o começo

Chilenos rejeitam proposta de Constituição progressista e empurram políticos a recomeçar o processo do zero, sob o risco de novos protestos

08.09.22

DUDA TEIXEIRA

SALVAR

0:00 / 6:50

A o longo de doze meses, um grupo de 155 constituintes eleitos escreveu uma proposta de Constituição para o Chile. Em 170 páginas, eles prometeram um paraíso progressista na Terra, listando mais de 100 direitos fundamentais. A natureza ganharia direitos, assim como os animais. Conceitos como ***"pessoas neurodivergentes"***, ***"dissidências sexogenéricas"*** e ***"integridade afetiva"*** se espalhavam em 388 artigos. Festejado por progressistas dentro e fora do país, o texto final foi reprovado quando submetido ao escrutínio de toda a população. Em um referendo com 85% de participação (mais do que os 78% de eleitores que votaram no Brasil, na última eleição), os chilenos jogaram o documento no lixo por 62% a 38%.

Como a derrota do texto vinha sendo cantada pelas pesquisas de opinião — embora não por uma margem tão avassaladora —, políticos já avançavam em negociações sobre qual seria o próximo passo. Pelas declarações dadas até agora, o trabalho vai recomeçar do zero, seguindo por uma rota diferente. "*Antes do plebiscito do domingo, 4, o presidente e as forças políticas de direita e de esquerda já tinham assumido formalmente o compromisso com a continuidade do processo constituinte no caso da rejeição da proposta*", diz o sociólogo Aldo Mascareño, do Centro de Estudos Públicos, CEP, em Santiago. "*O resultado do plebiscito, então, não deve ser interpretado como uma adesão dos cidadãos chilenos à Constituição de 1980. A população apoia um novo processo que não repita os erros do anterior, que seja mais breve e mais equilibrado politicamente".* A Constituição de 1980, sob a qual o Chile avançou economicamente a passos largos, incomoda por ter sido promulgada durante a ditadura de Augusto Pinochet.

Na noite em que a proposta foi repudiada, o presidente Gabriel Boric, ex-líder estudantil de esquerda, reconheceu o resultado das urnas e prometeu um "*novo itinerário constituinte*", a ser construído com o Congresso e a sociedade civil. "*Essa decisão exige que nossas instituições e atores políticos trabalhem com mais esforço, mais diálogo, respeito e carinho, até chegarmos a uma proposta que contemple a todos*", afirmou Boric.

Reprodução

Boris se reúne com líderes dos partidos: continuidade

É bem possível que esse novo itinerário requeira um segundo plebiscito. Isso porque uma emenda feita em 2019 na Constituição vigente, para permitir a redação de outra proposta de Carta Magna, estabeleceu que, caso o novo texto fosse recusado, continuaria vigente a Constituição atual. A rigor, então, tudo permaneceria como está. Para fazer a mudança, Boric se escora principalmente no plebiscito de 2020, em que 78% dos chilenos apoiaram a redação de uma nova Constituição. Nas pesquisas feitas em agosto e setembro, esse número se mantém inalterado.

Líderes de partidos de esquerda e direita também defendem reformas ou um novo texto. Esta semana, siglas da direita, como a Renovação Nacional, RN, e a União Democrática Independente, UDI, afirmaram que pretendem seguir com o processo constituinte. Essa disposição deve favorecer as conversas entre o Executivo e o Congresso, que já estão em andamento. Em um gesto de boas intenções, Boric realizou uma reforma em seu gabinete de ministros, substituindo nomes radicais de seu passado de militante estudantil por integrantes experientes da centro-esquerda. Giorgio Jackson, de 35 anos, deixou a Secretaria da Presidência, que será ocupada por Ana Lya Uriarte. Ligada à ex-presidente Michelle Bachelet, Ana foi incumbida de traçar um novo plano com o Congresso.

Para evitar um segundo vexame, será preciso acertar na escolha dos redatores do próximo texto. Um dos principais motivos que levaram os chilenos a recusar o esboço é que eles não gostaram dos constituintes, selecionados em um pleito com voto facultativo, com comparecimento de apenas 43% dos eleitores. Como não se exigiu que eles integrassem partidos, muitos eram independentes e não acumulavam experiência na política. **Um deles foi visto votando remotamente de dentro do seu banheiro durante a pandemia. Outro renunciou porque mentiu que tinha câncer para ser eleito.** Além disso, como os eleitores de direita, que representam entre 40% e 45% da população, não deram muita atenção ao plebiscito, a maior parte dos constituintes eleitos era de esquerda, o que não espelhava fielmente o espectro ideológico da população.

Reprodução

Ônibus queimados por estudantes em Santiago: fora do controle

Agora, para não repetir o amadorismo, 41% dos chilenos preferem que se convoque uma comissão de especialistas. Outros 26% defendem que ela seja mista, composta por especialistas e parlamentares. Só 15% gostariam de uma nova Convenção. Artigos que causaram estranheza deverão ser evitados. Entre eles, estão a retirada de proteções para a propriedade privada, a mudança no sistema de Justiça e a extinção do Senado. A ideia de um estado plurinacional e as diversas concessões para os povos indígenas também assustaram, porque poderia ameaçar a igualdade dos cidadãos perante a lei, segundo os chilenos.

A julgar pelos movimentos dos últimos dias, os políticos parecem estar comprometidos em alcançar um acordo. **O que pode sair do controle são os protestos**. Em 2020, a sugestão de mudar a Constituição foi dada pelo então presidente Sebastián Piñera, de direita, como uma tentativa de aplacar as manifestações que paralisavam o país desde o ano anterior. Além da rejeição aos políticos e ao establishment, os protestos não traziam demandas claras. Eram tão nebulosos quanto os que ocorreram no Brasil, em 2013. Apesar disso, a sugestão de Piñera foi bem aceita porque convenceu a todos que uma Constituição fresca conquistaria coisas vagas como um "*novo pacto social*", um "*acordo com a cidadania*" e seria capaz de "*sintonizar o país com os novos tempos*". Os vândalos voltaram para casa, mas a ideia se transformou em um fiasco. Nesta quarta, 7, estudantes secundaristas realizaram "*sentadas*" nas plataformas do metrô de Santiago. Três estações foram fechadas, prejudicando milhares de pessoas. Depois, os jovens pularam as catracas e saíram sem pagar, o que eles chamam de "*evasão massiva*". Jovens encapuzados queimaram dois ônibus nesta quinta, 8, em Santiago. Foi exatamente desse jeito que começaram os protestos de 2019. Um péssimo sinal.

ENTREVISTA: HÉLIO FRANCHINI NETO

‘Nossa independência foi consolidada na guerra’

O historiador e diplomata diz que batalhas contra Portugal envolveram mais soldados que as de Simón Bolívar e ajudaram a criar a identidade nacional

POR DUDA TEIXEIRA

"Não se podia colocar a cabeça para fora da trincheira, porque isso seria morte na certa"

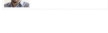
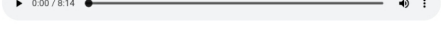
‘Nossa independência foi consolidada na guerra’

O historiador e diplomata Hélio Franchini Neto diz que batalhas contra Portugal envolveram mais soldados que as de Simón Bolívar e ajudaram a criar a identidade nacional

08.09.22

DUDA TEIXEIRA

SALVAR

0:00 / 8:14

O quadro "*Independência ou Morte*", de Pedro Américo, eternizou o momento em que D. Pedro I declarou, em 7 de setembro de 1822, que o Brasil seria um império separado de Portugal. Para o historiador e diplomata Hélio Franchini Neto, a pintura em que o protagonista ergue a espada não traduz a realidade, por mostrar a independência como algo rápido, pacífico e sem complicações. Amparado em pesquisas recentes, ele afirma que a consolidação desse processo só se deu após batalhas encarniçadas, que envolveram mais homens que aquelas lideradas pelo venezuelano Simón Bolívar, o Libertador da América espanhola. Formado em direito, com mestrado em ciência política, Franchini Neto defendeu uma tese de doutorado em história sobre esse tema, em 2015. O material foi adaptado para o público geral e acaba de ser publicado no livro *Redescobrindo a Independência: uma História de Batalhas e Conflitos Muito Além do Sete de Setembro* (Benvirá). Depois de trabalhar na embaixada brasileira em Bogotá, Franchini Neto, de 43 anos, assumiu no início do ano a vice-chefia na assessoria de relações federativas do Itamaraty com o Congresso. Ele conversou com **Crusoé**.

Em seu livro, o senhor argumenta que a "Independência foi um desenrolar caótico, incerto, marcado por disputas, heterogeneidade de visões e de interesses, conflito político e guerra". Como chegou a essa conclusão?
Uma vez, li em um livro que a guerra entre as forças de Portugal e de D. Pedro na Bahia envolveram mais soldados que a tropa do libertador venezuelano Simón Bolívar. O jovem imperador mobilizou, entre Exército e Marinha, algo em torno de 15 mil soldados no primeiro semestre de 1823. Bolívar, que liderou a independência de Venezuela, Colômbia e Equador, não ultrapassou 10 mil. Esse dado me impressionou muito. Então, continuei estudando o tema até decidir fazer um doutorado. Meu objetivo inicial era apenas o de mapear as operações militares desse período, mas aos poucos fui vendo que as batalhas eram muito maiores do que eu imaginava e que ocorreram em três frentes principais: na Bahia, no Norte e na Cisplatina, hoje Uruguai. Além dos números superlativos, elas se chocavam com as narrativas existentes. Ainda se fala muito que o conflito na Bahia foi entre baianos e tropas portuguesas ali presentes. Mas a guerra foi muito mais ampla e complexa.

Em que sentido?
Para começar, os dois militares baianos que começaram a luta eram originalmente defensores das Cortes de Lisboa. A disputa que se seguiu era local, pelo poder militar da província. Depois que um dos lados , aquele liderado por Manoel Pedro, foi derrotado, seus partidários refugiaram-se na cidade de Cachoeira e se aproximaram de D. Pedro. No fim de 1822, essa guerra civil já tinha ganhado outra dimensão. Portugal enviou sucessivamente o máximo de tropas que pôde, para apoiar o brigadeiro Ignacio Luiz Madeira. De 3 mil soldados, ele passou a contar com 10 mil no final do ano. Essa diferença, de 7 mil ou 8 mil soldados, é equivalente à expedição enviada pela Espanha para lutar contra Bolívar na Venezuela e na Colômbia. Vale ressaltar também que, entre os que defenderam o lado de D. Pedro, não havia só baianos. Pernambucanos, paraibanos e mineiros também lutaram.

A realidade nessas três frentes foi muito cruenta?
Uma estimativa é a de que entre 3 mil e 5 mil morreram no período de um ano, entre 1822 e 1823. Só na Bahia teria havido de 2 mil a 4 mil óbitos. Cerca de mil baixas foram por doenças no fronte. Considerando que 30 mil soldados foram mobilizados, isso dá uma taxa de 10% de mortos, sem contar os feridos. É uma proporção muito alta. No Piauí, o major português João José da Cunha Fidié reuniu 1,5 mil homens para lutar contra os partidários de D. Pedro, que recrutaram entre 2,5 mil e 3 mil para combater na Batalha do Jenipapo. Eles se enfrentaram ao longo de cinco horas, deixando entre 200 e 400 mortos. Foi um período de lutas encarniçadas.

O que dizem os relatos desses conflitos?
*Alguns depoimentos são incríveis. Comandantes portugueses reclamaram que, no cerco a Salvador, não se podia colocar a cabeça para fora da trincheira, porque isso seria morte na certa. Do lado oposto, um coronel que tinha mil soldados falou da dificuldade de alimentá-los e de conseguir calçados para eles. Também conta que cada ferido que ia para o cirurgião era uma morte certa. D. Pedro chamou isso de uma "*crua guerra de vândalos*".*

Por que o sr. não fala em brasileiros lutando contra portugueses?
Até a chegada da corte portuguesa, em 1808, o Brasil era formado por duas identidades: a local — como mineiros, paraenses, cearenses, baianos — e a portuguesa, ligada ao rei. A identidade brasileira ainda era incipiente. As longas distâncias dificultavam um laço mais forte entre as distintas populações. Quem saísse do Maranhão num barco demorava 15 dias para chegar a Lisboa. Mas a viagem até a Bahia, por causa das correntes marítimas do Atlântico, tardava quase três meses. A vinda de D. João VI alterou completamente essa ordem. Em 1808, o Rio de Janeiro se tornou a capital do Império Português, com tribunais, academias militares, corpo diplomático. Em 1815, O Brasil deixou de ser colônia, com a criação do Reino do Brasil, o que constituiu um primeiro elemento unificador. Esse movimento de coesão não se deu na América Espanhola, onde os núcleos continuaram vivendo de forma relativamente autônoma. Se a Coroa não tivesse vindo para o Brasil, poderíamos hoje estar fragmentados em vários países, como ocorreu no restante da América Latina.

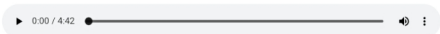
As guerras que se seguiram à Independência ajudaram a moldar essa identidade brasileira?
A presença da corte, embora trouxesse essa sensação de unidade, não gerava benefícios homogêneos para todas as regiões. No Norte, havia descontentamento por causa dos impostos pagos para financiar o Estado. Quando os portugueses finalmente tomaram a decisão de acabar com o poder do Rio de Janeiro e dar primazia a Lisboa, após a Revolução do Porto, vários grupos políticos buscaram um projeto alternativo. Mas, em muitas províncias, o apoio a D. Pedro era frágil. Então, tudo ocorreu de maneira caótica, incerta. Fagulhas de guerra civil se espalharam por todos os lados. Em muitos casos, houve lutas violentas. Em outros, negociação. A guerra na Bahia foi o primeiro confronto que se poderia chamar de nacional, com forças mobilizadas por D. Pedro e por Lisboa. Quando a poeira baixou, paraibanos, cearenses, baianos e mineiros começaram a se identificar como brasileiros.

O que teria acontecido se os partidários de D. Pedro tivessem perdido essas guerras?
Depois da Declaração da Independência, Portugal tentou salvar alguma coisa do território. Naquela época, o Brasil era visto como dividido em duas regiões. O Sul já estava perdido, mas os portugueses ainda nutriam esperanças de recuperar o Norte. Um parlamentar português sugeriu que se fizesse algo parecido com o que ocorreu nos Estados Unidos, em que o Império Britânico logrou manter o Canadá entre suas possessões. No Brasil, a Bahia era o centro estratégico, pois era a transição entre o Norte e o Sul. Se os militares portugueses tivessem vencido as batalhas nessa região, eles poderiam ter permanecido com Pernambuco, Piauí, Pará e Maranhão. O Norte do Brasil se tornaria um país separado e avançar sobre o Sul, na tentativa de retomar tudo. Não foi o que aconteceu. Portanto, pode-se deduzir que nossa independência foi consolidada na guerra. Um desfecho distinto dessas batalhas mudaria radicalmente o rumo da história. ©

MARIO SABINO

O belo Antonio

O belo Antonio

08.09.22

Jair Bolsonaro não apenas sequestrou o 7 de Setembro. Ele o conspurcou, ao tentar puxar o coro de "*imbrochável*", referindo-se a si próprio. A multidão bolsonarista brochou e não o acompanhou. Talvez até ela tenha ficado perplexa com a vulgaridade do presidente da República. Como escrevi no Twitter, a data da independência do Brasil virou o Dia da Disfunção Erétil-Institucional do Brasil.

Não me interessa saber se Jair Bolsonaro é impotente. Só sei que quem é cumpridor na cama não sai por aí dizendo que não é brocha. A obsessão do presidente da República com certas questões sexuais, como homossexualidade e impotência, deveria ser motivo de terapia. Há também um conteúdo fálico na sua obsessão por armas de fogo e no gesto alusivo a essa fixação, o da arminha, consagrado por ele e os seus eleitores em 2018.

A demonstração de virilidade fez parte da cenografia fascista. Benito Mussolini preocupava-se em parecer que emanava testosterona e os seus seguidores gostavam de espalhar como o Duce era capaz de realizar proezas libidinosas como se fosse um Zeus. Na década de 1930, bem antes da revolução sexual, muitas italianas sonhavam com o garanhão que relinchava do seu balcão do Palazzo Venezia. Uma delas, Claretta Petacci, tornou-se sua amante fixa e morreria linchada e enforcada com ele, em 1945, em Piazzale Loreto, em Milão. Ela conheceu Mussolini, em 1932, quando ia de Roma para Ostia. Estava no carro da família quando o Duce a ultrapassou guiando o seu Alfa Romeo. Claretta mandou o chofer segui-lo: *"Acelere, siga-o!"*. Ela contava 20 anos e Mussolini, 49. Curioso com o carro que o seguia, o Duce parou no acostamento e Claretta foi ao seu encontro. *"Num dia ventoso, enquanto o sol ria fugazmente de vez em quando, ele falou comigo. pela primeira vez. Eu tremia, mas não fazia frio. Sublime e maravilhoso instante, inesquecível para mim. Um sorriso solar, em uma rajada impetuosa…"*, registrou ela no seu diário, naquele 24 de abril. Poucos dias depois, Claretta foi ao Palazzo Venezia e conheceu o realmente "imbrochável" Mussolini. Os diários da amante fixa do Duce, aqueles que cobrem de 1932 a 1938, foram publicados no livro *Mussolini Segreto*. A sua leitura é fascinante, num espectro que cobre do revelador ao divertido.

Em 1949, o escritor siciliano Vitaliano Brancati publicou um romance tragicômico, *Il Bell'Antonio*, no qual colocou um personagem impotente no contexto do fascismo. A história se passa em 1932 (justamente o ano em que Claretta Petacci conheceu Benito Mussolini) e tem como protagonista um rapaz de 26 anos, Antonio Magnano, dono de uma beleza tão ímpar, que *"ao lado dele, as mulheres queimavam docemente, e sofriam, e enlouqueciam com uma suavidade tão profunda, que fazia pensar que uma grave anomalia havia se apoderado delas, confundindo o prazer e a dor naquela total falta de discernimento que é o único estado no qual uma pessoa ousa dizer em voz alta: eu me sinto feliz!"*.

O belo Antonio, no entanto, era impotente e, na cena em que confessa o seu segredo ao tio, ele diz que *"quase nunca"* havia feito sexo. Antonio conseguirá ter uma relação completa apenas num sonho que tomou por realidade. Além dele, quem ficou a seco foi a sua mulher, Barbara, que viria a saber do problema de Antonio depois do casamento. A brochada crônica do personagem serviu para Vitaliano Brancati fazer um contraponto irônico à sociedade anacronicamente machista que havia produzido a testosterona fascista.

O livro rendeu um filme de mesmo nome, em 1960, estrelado por Marcello Mastroianni e Claudia Cardinale. Quem os dirigiu foi Mauro Bolognini, com roteiro escrito em parceria com Pier Paolo Pasolini e Gino Visentini. O *latin lover* italiano da época encarnando um impotente que não consegue se entusiasmar nem mesmo com uma das mulheres mais esplendorosas da história do cinema: já ficava evidente pela escolha dos atores principais a ironia de Vitaliano Brancati atualizada para um Itália que se modernizava de modo esquizofrênico, sem apagar integralmente o seu anacronismo social.

Não temos um Vitaliano Brancati, não temos um Mauro Bolognini, não temos um Mastroianni, não temos uma Claudia Cardinale. Temos Jair Bolsonaro e a sua Michelle. ©

RUY GOIABA

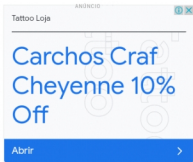
200 anos de farsa

200 anos de farsa

08.09.22

Vejam vocês como são as coisas: 50 anos atrás (52, para ser mais exato), o cartunista Jaguar e toda a turma do *Pasquim* foram em cana por causa de um cartum. Era uma reprodução do quadro de Pedro Américo sobre o grito da Independência, à qual Jaguar acrescentou um balãozinho com o imperador dizendo *"eu quero mocotó!"* — refrão de um sucesso de Jorge Ben, que ainda não era Ben Jor naquela época, apresentado num festival da canção por Erlon Chaves e sua Banda Veneno. Os milicos não gostaram da afronta aos símbolos pátrios. *Fast-forward* para 2022: agora, temos no palanque dos 200 anos do 7 de Setembro um presidente milico, esse estadista, esse verdadeiro De Gaulle que é Jair Bolsonaro, puxando o corinho de *"imbrochável"*. E aliados achando bom porque, veja bem, pelo menos ele não está xingando a turma do Supremo.

Por falar no quadro de Pedro Américo, vocês devem saber que ele é uma falsificação histórica (eu sei, há quem prefira chamar de *"representação artística livre"* do grito do Ipiranga). A tela, de 1888, é basicamente um plágio do quadro do pintor francês Ernest Meissonier sobre a Batalha de Friedland, concluído em 1875. O artista plástico brasileiro substituiu a figurinha de Napoleão pela de dom Pedro I — que aparece montado num garboso corcel, e não no lombo do burro que o imperador costumava usar como transporte. Fora o fato de o próprio 7 de Setembro nem sempre ter sido em 7 de setembro: a Independência do Brasil já foi comemorada em 12 de outubro, dia do aniversário e da coroação de Pedro I. Depois que o monarca se pirulitou do Brasil para ser o Pedro IV de Portugal, a data passou a ser o aniversário de Pedro II, 2 de dezembro. Não pegou, como costuma acontecer com certas leis aqui, e o 7 de Setembro ganhou a parada.

Ou seja, o Dia da Independência é essencialmente uma farsa — mas uma farsa socialmente aceita, uma convenção, como costuma ser a maioria das datas comemorativas. Sabe-se, por exemplo, que Jesus não apenas nasceu entre quatro e seis anos *"antes de Cristo"* como, muito provavelmente, veio ao mundo em uma data que não era 25 de dezembro: os cristãos convencionaram comemorar o nascimento de Cristo, dependendo da hipótese, no dia do solstício de inverno ou como *"apropriação cultural"* da festa romana do Sol Invicto. Nada disso jamais impediu alguém de celebrar o Natal com seus entes queridos, a não ser que você seja aquela pessoa espetacularmente chata que fica insistindo no *"Jesus histórico"* em vez de se dedicar às rabanadas e à troca de presentes.

A identidade de qualquer país depende, em larga medida, de certo grau de farsa: coisas que não foram bem assim historicamente, mas que uma sociedade convencionou lembrar de certa forma. Sai-se do plano da *"vida como ela é"* para o dos símbolos comuns a um povo, em torno dos quais os brasileiros (os americanos, os franceses, os russos etc. etc.) se congregam — e que, claro, não são imutáveis: estão sujeitos a constante revisão. Por exemplo, a ideia de um Dia da Consciência Negra separado do 13 de Maio, data da abolição da escravatura no Brasil, nem passava pela cabeça dos governantes brasileiros nas décadas de 50 e 60. E mais de 30 anos transcorreram desde as primeiras comemorações do 20 de Novembro até que essa data fosse oficializada pelo governo, em 2003.

Volto ao primeiro parágrafo para concluir: é patético que Bolsonaro tenha usado o Dia da Independência para atualizar o velho dito marxista sobre a história se repetir primeiro como tragédia e depois como farsa. Ela agora se repete como pornochanchada — com toques de Circo do Seu Léo, como revezamento de puxa-sacos ao lado do presidente no palanque, pirâmide de motociclistas e ala das baianas do *homeschooling*. Não custa lembrar que a eleição será decidida entre esse senhor e Lula, o do *"tesão de 20 anos"*: dois velhos querendo mostrar que ainda dão no couro. Em vez de comprar um SUV ou uma Harley, um deles ganhará a direção do país de presente, para compensar a crise da terceira idade.

Só espero que um dia a, por assim dizer, evolução histórica do Bananão leve à substituição do *"ordem e progresso"* da bandeira por *"crime ocorre nada acontece feijoada"* ou *"7 a 1 foi pouco"*. Do jeito que vai, não demora muito.

***

A GOIABICE DA SEMANA

Sempre que vocês tiverem algum receio de golpe vindo das nossas gloriosas Forças Armadas, ou do não menos glorioso governo, pensem nos paraquedistas que ficaram presos na árvore ou caíram de cara no asfalto de Copacabana na véspera do 7 de Setembro. Pensem também na van que, no dia seguinte, conseguiu ficar presa no teto da guarita do Palácio do Planalto. Gambiarra e incompetência são a danação, mas às vezes também são a salvação do Brasil.

Reprodução/redes sociais

A van entalada: não há nada mais inútil que esse aviso de "altura máxima"

ORLANDO TOSETTO JR.

Uma efeméride borocoxô

Uma efeméride borocoxô

08.09.22

ORLANDO TOSETTO JÚNIOR

Efeméride, caro amigo, é uma palavra que, segundo o dicionário, tem dois significados: o primeiro é o da tábula astronômica que registra, a intervalos regulares, a posição de um astro; o segundo é o de ser a data de um fato importante. Podia ser também nome de divindade grega, de ninfa talvez, dessas que nos engazopam nalgum dos charmes que os deuses lhes concediam. É fácil imaginar um verso em que um certo varão ou sátiro caiu nos encantos das Efemérides e efemerizado ficou.

Quanto ao primeiro significado, deixemo-lo com astrônomos, astrólogos e adolescentes, que gostam de astros e outras coisas efêmeras (sim, efêmero e efeméride têm o mesmo étimo). Vamos ficar com o segundo e relembrar, nesta sexta-feira, que na longínqua quarta, anteontem pois, tivemos, entre outras coisas, a efeméride do Bicentenário da Independência.

Uma efeméride, perdoe o amigo o meu francês, senão o meu iorubá ou nagô, muito borocoxô. É que aqui em São Paulo choveu, e efeméride não combina com chuva – as únicas coisas que combinam com chuva são rock inglês triste, sambas do Lupicínio Rodrigues e filmes noir. **Efeméride, no Brasil, costuma ter gente bêbada e seminua, baticum em volume alto, brigas generalizadas e tiroteios** (Páscoa e Natal, por exemplo, são assim): a chuva nos negou tudo isso, inclusive porque também fez frio.

Ademais, veja: uma data tão importante como um bicentenário trouxe, afinal, pouca coisa em matéria de ruído, de reverberação, de bumbo batendo. Onde está a enxurrada de livros sobre o assunto, por exemplo? Cadê as séries, grandes ou mínis? Os filmes? Os simpósios? Os discos, originais e relançados? Os, vá lá, os programas de auditório? As semanas cheias de eventos e shows e palestras e o escambau?

É verdade que reabriram o Museu do Ipiranga, ainda que com festança modesta, e é verdade que houve desfiles. Mas, em 1972, uma efeméride menor, mas de nome mais comprido e complicado, o sesquicentenário, repercutiu muito mais e fez muito mais barulho. Rendeu inclusive o enterro, na Quinta da Boa Vista, de um programa de TV feito para nos lembrar, agora, em 2022, como era aquele Brasil, e que, parece, ninguém lembrou de desenterrar – talvez porque tenha um general em posição respeitável, talvez porque produto da finada TV Tupi. Ou talvez porque, como dizia o Ivan Lessa, de quinze em quinze anos o Brasil esquece o que aconteceu nos últimos quinze anos; que dizer, então, de cinquenta?

Borocoxô demais.

* * *

Rever a história é uma espécie de esporte: um tipo de salto com vara, digamos, em que o revisionista pula por cima de umas coisas e cai no colchão de umas conclusões, como direi?, novas. Diferenciadas. Diferentonas.

Por exemplo: deram para achar mórbido e feio o hábito dos nossos ancestrais de preservar órgãos de homens e mulheres célebres, e reclamaram de trazerem o coração de D. Pedro I para os festejos borocoxôs. Imaginem se esses reclamões soubessem que guardar um coração não é nada: a Rússia mantém num pote, por exemplo, o membro viril do Rasputin; Portugal, coração de D. Pedro fora, guarda num frasco a cabeça de Diogo Alves, serial killer do século XVIII; os Estados Unidos custodiam o cérebro e os olhos de Albert Einstein; a Igreja preserva algumas centenas de corpos incorruptos de santos, e relíquias várias, entre as quais ossos e sangue; e, afinal, a indústria mais próspera do Egito era a das múmias, que incluía não apenas gente, mas também gatos, bois e até besouros. O que é, diante disso, o coração de um monarca? Que susto esses saltadores vão levar quando descobrirem os ossuários dos cemitérios, hein?

Mas tem mais. Ultimamente, por exemplo, se lê por aí que a Independência foi branca e machista. Do que eu deduzo duas coisas.

Uma, que **a colônia era trans e cor de abóbora**.

Outra, que os machos brancos – ou um macho branco só, D. Pedro I – fizeram pelo menos uma coisa boa. Porque, creio eu, o salto com vara da revisão histórica ainda não pulou tão baixo a ponto de dizer que independência é mau negócio e o status de colônia é que é bacana.

Algo me diz, no entanto, que não perco por esperar.

NOTAS DO SEXTA-FEIRA

Unidos pelo medo

Unidos pelo medo

08.09.22

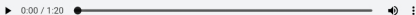
O resultado positivo dos eventos da Independência, nos quais Bolsonaro mostrou certo comedimento, na comparação com 2021, foi fruto de um raro alinhamento entre a coordenação da campanha do presidente e seu gabinete no Palácio do Planalto. Desde a pré-campanha, uma parte não falava com a outra, dificultando o planejamento e a execução de estratégias eleitorais. O que mudou? O medo de uma derrota, diante da consolidação da vantagem de Lula nas pesquisas.

Alan Santos/PR

Bolsonaro no desfile de 7 de Setembro, em Brasília: certo comedimento

228
NOTAS DO SEXTA-FEIRA
A regra fiscal do PT

A regra fiscal do PT

08.09.22

O conteúdo de três propostas de regra fiscal são discutidos no PT, no cado de vitória de Lula. A primeira é um sistema de metas de resultado primário com banda de flutuação. As bandas eliminariam o problema de uma meta de resultado primário pura, dando ao governo flexibilidade para agir no contrafluxo da economia, ou seja, gastar mais quando houver desaceleração e menos quando houver aquecimento da atividade. A adoção desse modelo chegou a ser discutida em 2015, meses antes do impeachment de Dilma Rousseff. Uma segunda proposta, menos desenvolvida, é a de criar métricas diferentes para as despesas de capital e de custeio, abrindo algum espaço para investimentos. No mesmo sentido vai a terceira proposta, que seria uma variação do teto de gastos. Mas, além de reajustar as despesas de ano para ano com base na inflação, ela também autorizaria o governo a ampliar seus gastos num percentual máximo equivalente ao do crescimento do PIB. Mais uma vez, o objetivo é abrir espaço para investimentos. Não se deve esperar um anúncio da estratégia escolhida em nenhum momento próximo, mas apenas no final do ano, caso, repita-se, Lula vença as eleições.

Lula: ele quer espaço para poder gastar

NOTAS DO SEXTA-FEIRA

Abuso nenhum?

Abuso nenhum?

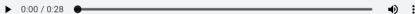
08.09.22

Em relação às acusações dos concorrentes de que cometeu abuso de poder político e econômico no 7 de Setembro, a assessoria jurídica da campanha bolsonarista pretende rebater as ações prometidas por PT, PV, União Brasil e Rede com a alegação de que os discursos de cunho eleitoral em Brasília e Rio foram feitos apenas após o desfile oficial.

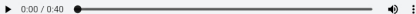
Foto: Flávio Bolsonaro via YouTube

Bolsonaro, em Brasília: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa

NOTAS DO SEXTA-FEIRA

A crença do mercado, segundo os petistas

A crença do mercado, segundo os petistas

08.09.22

Para o PT, o mercado já não acredita no teto de gastos e está pronto a substituí-lo por uma nova regra fiscal. O partido rejeita a proposta defendida pelo ministro Paulo Guedes: uma banda de flutuação para a dívida pública. Também já não acredita em um retorno puro e simples às metas de resultado primário, tal como no primeiro governo Lula. As razões são conhecidas: essas metas induzem o governo a estimular a economia em momentos de expansão e a contraí-la quando há recessão, ou seja, elas são "*pró-cíclicas*".

Adriano Machado/Crusoé

Protesto no Ministério da Economia: busca pelo substituto do teto de gastos

Fachada da sede da Petrobras no Rio de Janeiro

NOTAS DO SEXTA-FEIRA

O futuro da Petrobras

O futuro da Petrobras

08.09.22

Uma parcela do mercado financeiro acredita que, muito mais importante do que discutir a privatização da Petrobras, é fazer com que a empresa amplie as pesquisas e investimentos em novas fontes de energia. "*A Petrobras distribui bilhões em dividendos porque não tem um plano estratégico para lidar com as mudanças que já estão acontecendo",* diz um investidor que pediu anonimato. *"A empresa não terá um futuro promissor se não prestar atenção a essas transformações"* . Em relação aos planos do PT para a estatal, causa incômodo particular a ênfase que Lula tem posto na suposta necessidade de retomar o investimento em refinarias. *"Se o plano se reduz a isso, está voltado para o passado"*, diz o investidor.

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

A sede da Petrobras: o mais importante é investir em novas fontes de energia

Michelle Bolsonaro, primeira-dama do Brasil, com Jair Bolsonaro

NOTAS DO SEXTA-FEIRA

Carinhos eleitorais

Carinhos eleitorais

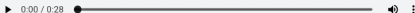
08.09.22

Depois de estrear sozinha na propaganda eleitoral de Bolsonaro, Michelle aparecerá com o marido em novas inserções. A coordenação da campanha avaliou positivamente a aparição do casal durante os eventos do Dia da Independência e acredita que demonstrações públicas de afeto entre os dois ajudarão a alcançar uma fatia do eleitorado feminino.

Foto: Alan Santos/PR

Michelle e Bolsonaro: afeto em público para agradar a eleitoras